

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 13/2017

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE JULHO DE 2017

(Contém 10 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA DA SILVA CALISTO DECQ MOTA

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ELISABETE DO CARMO PACHECO TAVARES

VEREADOR – JOSÉ DUARTE BARBOSA CABECINHA

VEREADORA – GRAÇA DE LURDES RESENDES COSTA ARAÚJO

VEREADORA – SUSANA MARIA GOULART PEREIRA DA COSTA

FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:

VEREADOR – MARCO PAULO DA SILVA TEIXEIRA

CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 13/2017****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE JULHO DE 2017**

Aos dezassete dias do mês de julho do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz; Elisabete do Carmo Pacheco Tavares; José Duarte Barbosa Cabecinha; Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo e Susana Maria Goulart Pereira da Costa.

Não compareceu à reunião o Senhor Vereador Marco Paulo da Silva Teixeira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 28 de junho de 2017.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na votação os Senhores Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz e José Duarte Barbosa Cabecinha, porque não estiveram presentes naquela reunião e será assinada pela Senhora Presidente e pela Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos que secretariou a reunião.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou a falta do Senhor Vereador Marco Paulo da Silva Teixeira, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 28 de outubro de 2013.

A Câmara tomou conhecimento.

ANTES DA ORDEM DO DIA:**REPRESENTAÇÕES:**

O Senhor Vice-Presidente Fernando Jorge Moniz informou que participou, em representação da Câmara Municipal, nos seguintes eventos:

- Na visita da Exma. Secretária Regional da Solidariedade Social à obra de Construção da Creche de Água de Pau, no passado dia 5 de julho;
- Na saída das viaturas e entrega de troféus aos vencedores do “Lagoa Stage”, na Alameda do Conhecimento, Parque Tecnológico de Lagoa, no passado dia 8 de julho;
- Na partida das viaturas, chegada do Rallye e entrega de Prémios, na Alameda do Conhecimento, Parque Tecnológico de Lagoa, no passado dia 9 de julho.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:**PRESIDÊNCIA:****PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

Pela Senhora Presidente da Câmara foi apresentada a informação, sobre a atividade desenvolvida que abaixo se transcreve:

“FESTIVAL LAGOA COMVIDA

Decorreu de 29 de junho a 2 de julho, o Festival Lagoa ComVida, na frente marítima do Portinho de São Pedro, na cidade de Lagoa, numa organização da AllEvents, que contou com o apoio da Câmara da Municipal de Lagoa e com o patrocínio da “Super Bock” e da “Somersby”, da “Azores Airlines”, “Hyundai” e do “Grupo Ilha Verde”.

No âmbito de uma política de promoção de eventos, promoveu-se, desta forma, o lazer, a confraternização através de vários concertos musicais que animaram três noites na Lagoa, culminando com um espetáculo infantil com a Picolé e muita animação infantil que trouxeram uma tarde diferente a todas as crianças.

Igualmente, decorreram várias atividades desportivas e de lazer associadas a este festival, organizadas pela Câmara Municipal de Lagoa.

FORMAÇÃO SOBRE COMUNICAÇÃO

Decorreu, no Convento dos Franciscanos, a formação "Comunicação Acessível - Design de Comunicação e Linguagem Clara" com Maria Vlachou da Acesso Cultura, onde estiveram presentes 35 profissionais ligados à área.

Esta formação organizada pela Câmara Municipal de Lagoa, através da Coordenação de Educação e Cultura, teve por objetivo formar a equipa da área cultural, promovendo um melhor entendimento das necessidades dos visitantes e dos espetadores, munindo-a de conhecimento suscetível de contribuir para a construção e comunicação de conteúdos mais eficazes e acessíveis. A formação foi aberta a entidades congéneres, tendo integrado formandos da Universidade dos Açores, Museu Carlos Machado e Museus Municipais da Ribeira Grande.

CÂMARA DA LAGOA LAMENTA FALECIMENTO DO PADRE ANTÓNIO VARÃO

A Câmara Municipal de Lagoa lamenta o falecimento do Padre António Varão, ilustre sacerdote lagoense que faleceu no passado dia 2 de julho, no Hospital do Divino Espírito Santo, na cidade de Ponta Delgada.

Recorde-se o apreço que as autoridades locais Lagoenses, nomeadamente os órgãos autárquicos, demonstraram pelo sacerdote, que era natural da Lagoa. Na comemoração do 424.º aniversário da elevação do Rosário a freguesia, que decorreu no passado mês de abril, o Padre António Varão foi um dos homenageados. Na ocasião, a Presidente da Câmara Municipal, referiu que, distinguir o sacerdote é distinguir o trabalho e o amor à terra, assim como é reconhecê-lo como um dos vultos mais representativos da fé católica do povo lagoense. Igualmente o sacerdote foi homenageado em outras ocasiões pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia do Rosário, pelo seu trabalho prestado em prol da cultura e da religião do Concelho."

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

PONTO N.º 2 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A INSTITUIÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DO CONCELHO – ORFEÃO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

A Senhora Presidente apresentou a proposta de atribuição de apoio financeiro à Instituição Recreativa e Cultural do Concelho - Orfeão Nossa Senhora do Rosário, que abaixo se transcreve:

“Considerando que, de acordo com o disposto na alínea u) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal pode conceder subsídios a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

Considerando que, assumem especial importância todas as atividades que visem a ocupação útil dos tempos livres das crianças e jovens do Concelho, o desenvolvimento e a promoção cultural, bem como a preservação histórica e patrimonial e a investigação científica;

Considerando a importância das instituições locais na dinamização de todas essas áreas, propõe-se a transferência do seguinte subsídio:

- Orfeão Nossa Senhora do Rosário – 1.805,00 €.”

Anexo à proposta foi presente a minuta do contrato-programa a celebrar com a referida Instituição Recreativa e Cultural do Concelho.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a atribuição do apoio financeiro ao Orfeão Nossa Senhora do Rosário, para o ano de 2017, no montante de 1.805,00 €;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e ao Orfeão Nossa Senhora do Rosário.

PONTO N.º 3 – PROPOSTA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO, POR 5 ANOS, ATÉ AO MONTANTE DE 4.250.000,00 €:

A Senhora Presidente apresentou a proposta de abertura de procedimento para contratação de empréstimo a longo prazo, por 5 anos, até ao montante de 4.250.000,00 €, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

1. De acordo com o estipulado no n.º 1, do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), os municípios podem contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito.

2. O artigo 51.º do RFALEI estabelece para os empréstimos de médio e longo prazo o seguinte:

a) Os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos;

- b) Os investimentos a financiar são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10% das despesas de investimento previsto no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal;
- c) Os empréstimos têm um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo, em caso algum, exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar o prazo de 20 anos;
- d) Em regra, os empréstimos têm um prazo máximo de 2 anos, para a sua utilização e de diferimento do início da amortização;
- e) As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80% da amortização média de empréstimos (divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo).

3. O limite da dívida total constante do artigo 52.º do RFALEI, determina que:

- a) A dívida total das operações orçamentais do Município não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida dos três exercícios anteriores;
- b) O conceito da dívida total das operações orçamentais engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e, todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais;
- c) Sendo cumprido o limite de endividamento total, o Município só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4. No Município de Lagoa, o limite da dívida total no final do 1.º trimestre de 2017 era de 992.749,00 €.

Contudo o artigo 192.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (OE 2016) que alterou o n.º 5 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina que para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

5. Para qualquer dos tipos de empréstimo é da competência da Assembleia Municipal, autorizar a sua contração, nos termos da alínea f) artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como, o visto prévio do Tribunal de Contas.

6. O pedido de autorização para a contração de empréstimos, a submeter à apreciação e eventual aprovação do órgão deliberativo, terá de ser obrigatoriamente acompanhado de

informações sobre as condições praticadas em, pelo menos, 3 instituições de crédito, bem como, do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, conforme determina o n.º 5 do artigo 49.º do RFALEI.

7. A contratação de um empréstimo de longo prazo, por um período de 5 anos, até ao montante de 4.250.000,00€, a afetar aos seguintes investimentos, que serão objeto de candidatura ao PO Açores 2020:

- Ciclovia da cidade de Lagoa – 1.000.000,00 €
- Construção do Mercado Municipal – 1.100.000,00 €
- Valor da Frente Marítima de Santa Cruz – 1.000.000,00 €
- Smart City e Modernização Administrativa – 1.150.000,00 €.

8. A concretização dos citados projetos de investimentos seriam postos em causa, no caso de não se recorrer ao crédito bancário.

9. O prazo de 5 anos para o empréstimo, afigura-se ser o adequado, atendendo a que se estima como vida útil das obras a financiar de 20 anos e de 5 anos para a modernização administrativa.

Face ao acima exposto, proponho que se inicie o concurso para seleção da entidade financeira, com vista à contração de um empréstimo bancário até ao montante de 4.250.000,00€ a distribuir pelos projetos mencionados, pelo prazo de 5 anos, com período de carência de 2 anos.

Mais proponho que para o efeito, sejam solicitadas propostas às seguintes instituições bancárias:

- Santander Totta SA;
- Millennium BCP;
- BPI;
- Novo Banco dos Açores;
- Caixa Geral de Depósitos.”

A Senhora Presidente da Câmara explicou que o recurso a este empréstimo prende-se com os investimentos que serão objeto de candidatura ao PO Açores 2020.

Mais explicou que se as candidaturas não forem aprovadas, até ao final do ano, o empréstimo não será utilizado. O montante do empréstimo de cada investimento será utilizado à medida que for necessário.

Assim, fica assegurado o procedimento para se avançar com os investimentos no caso da sua aprovação.

A Senhora Vereadora Elisabete Pacheco Tavares pediu a palavra e expressou o seu sentido de voto contra a proposta apresentada considerando que a mesma não obedece aos requisitos mínimos exigíveis pela Lei das Finanças Locais e pela LOPTC. Explicou que neste momento, de acordo com os dados do 1.º trimestre, a margem bruta de endividamento do

Município é de aproximadamente cerca de 5 milhões de euros sendo que o Município só pode aumentar a sua dívida em cada exercício no valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, ou seja, só pode aprovar hoje contrair cerca de 1 milhão de euros de dívida (992.749,00 euros).

Também referiu que a autorização para contração de eventual empréstimo tem que ser efetuada de forma individualizada para cada empreitada por exigências do Tribunal de Contas.

Relembrou que, por via do OE de 2017, são excecionados do limite de endividamento a parcela correspondente aos 15% de financiamento das obras a fundos comunitários com candidaturas efetivamente aprovadas o que significariam, em valores redondos, cerca de 150.000 mil euros para cada um dos 4 investimentos apresentados.

Também fez referência ao facto do somatório do valor dos 4 investimentos encontrar-se subcalculado em cerca de 100 mil euros.

Referiu que mesmo que todas as questões formais de apresentação da proposta estivessem corretas a autarquia não possui capacidade de pagar um “empréstimo de longo prazo por 5 anos”, o que significaria um encargo anual superior a 850 mil euros.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que fica registada a declaração da Senhora Vereadora Elisabete Pacheco Tavares e a proposta será corrigida para o valor correto de 4.250.000,00 €.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e o voto contra da Senhora Vereadora Elisabete Pacheco Tavares:

1.º Concordar com a proposta apresentada pela Senhora Presidente;

2.º Proceder à abertura do procedimento para contração de empréstimo a longo prazo, por 5 anos, até ao montante de 4.250.000,00 € (quatro milhões duzentos e cinquenta mil euros), nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 4 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 14 de julho do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 773.533,13 € (setecentos setenta e três mil quinhentos e trinta e três euros e treze cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:

PONTO N.º 5 – PROCESSO DE OBRAS N.º 34/2013 - DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO, RUA DO FORAL NOVO N.º 17, ÁGUA DE PAU:

Foi presente o processo de obras n.º 34/2013 de demolição e construção de habitação, sita na Rua do Foral Novo n.º 17, Água de Pau, acompanhado da exposição de Nuno Miguel Soares Pacheco, solicitando que não se proceda à caducidade do licenciamento do referido processo de obras, atendendo que o mesmo está a aguardar apoio da Direção Regional da Habitação para as referidas obras. Justificou que a caducidade do processo implicará além do atraso no processo, o pagamento dos projetos de especialidades.

Pelo Gabinete Jurídico foi emitido parecer informando que “... Contudo, naturalmente que se deixa à consideração superior, pois a caducidade tem de ser expressamente declarada e entendemos que há alguma margem de conformação da administração nesta declaração, depois de consideradas certas circunstâncias excecionais e cuja relevância deva ser atendida, nomeadamente, quando o interessado demonstre que o incumprimento não lhe é imputável, como parece ser o caso (e, portanto, não basta a verificação do mero decurso do prazo).”

A Câmara após análise do processo deliberou, por unanimidade:

1.º Deferir o pedido e não declarar a caducidade do processo de obras n.º 34/2013 de demolição e construção de habitação, sita na Rua do Foral Novo n.º 17, Água de Pau, requerido por Nuno Miguel Soares Pacheco;

2.º Dar conhecimento da presente decisão ao requerente.

DEPOIS DA ORDEM DO DIA:

APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO PROJETO DE VALORIZAÇÃO DA FRENTE MARÍTIMA DE SANTA CRUZ:

A Senhora Presidente da Câmara convidou todos os presentes para a apresentação pública do projeto de valorização da frente marítima de Santa Cruz, a realizar no próximo dia 21 de julho, pelas 20h30, na Casa da Cultura Carlos César.

A Câmara tomou conhecimento.

ENCERRAMENTO:

Todos os assuntos foram aprovados em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E não havendo mais nada a tratar, sendo 09:20 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi, subscrevo e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CRISTINA CALISTO DECQ MOTA